

BLOCO DA LAJE, PORTO ALEGRE/RS: INTERVENÇÃO URBANA COMO PRÁTICA ESPACIAL AUTÔNOMA NA FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA CULTURAL

Bloco da Laje, Porto Alegre/RS: urban intervention as autonomous spatial practice
in the formation of a dissident territory of cultural resistance

Bloco da Laje, Porto Alegre/RS: la intervención urbana como práctica espacial autónoma en la
formación de un territorio disidente de resistencia cultural

Magno Carvalho de Oliveira

Mestre em Geografia pela UFRGS – magnocarvalho9@gmail.com.

Recebido em 13/11/2023. Aceito para publicação em 23/03/2025.
Versão online publicada em 04/07/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

A cultura popular, historicamente subjugada pelos interesses dos poderosos e detentores dos meios de produção, enfrenta constantes desafios de legitimação e preservação de suas raízes. Este é o caso do carnaval brasileiro, uma prática enraizada desde os tempos imperiais, sujeita a ataques variados ao longo dos anos. No entanto, as intervenções urbanas praticadas pelo carnaval, sejam em ensaios ou em saídas oficiais, realizam uma prática espacial autônoma, contrária à heteronomia e defensora de heterotopias. Tais práticas, ao se apropriarem do espaço, constituem territorialidades, ou seja, o atributo do território, de resistência cultural; assim se cria o território de resistência cultural, que possuirá relações horizontalizadas, sendo voz na defesa dos direitos identitários da coletividade e na luta por relações mais igualizadas. O foco do estudo recai sobre o Bloco da Laje, sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e possuidor de forte viés de contestação do *status quo*. Esse Bloco exemplifica a autonomia do carnaval, contribuindo para a formação de um território de resistência cultural. Suas práticas, manifestadas em ensaios e saídas oficiais, não apenas ressoam como voz na defesa dos direitos identitários coletivos, mas também protagonizam a luta por relações mais igualitárias.

Palavras-chave: Prática espacial autônoma. Carnaval. Bloco da Laje. Território de resistência cultural.

Abstract:

Popular culture, historically subdued by the interests of the powerful and owners of the means of production, faces constant challenges of legitimation and preservation of its roots. This is the case with Brazilian carnival, a practice rooted since imperial times, subject to various attacks over the years. However, the urban interventions practiced by the carnival, whether in rehearsals or official events, carry out an autonomous spatial practice, contrary to heteronomy and advocate for heterotopias. These practices, by appropriating space, constitute territorialities, that is, the attribute of the territory, of cultural resistance, thus creating the territory of cultural resistance, which will have horizontalized relations, being a voice in defense of the identity rights of the community and in the fight for more egalitarian relations. The focus of the study is on the Bloco da Laje, based in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, and with a strong inclination to challenge the status quo. This Block exemplifies the autonomy of the carnival, contributing to the formation of a territory of cultural resistance. Its practices, manifested in rehearsals and official events, not only resonate as a voice in defense of collective identity rights but also play a leading role in the struggle for more egalitarian relations.

Keywords: Autonomous spatial practice. Carnival. Bloco da Laje. Territory of cultural resistance.

Resumen:

La cultura popular, históricamente sometida a los intereses de los poderosos y dueños de los medios de producción, enfrenta constantes desafíos de legitimación y preservación de sus raíces. Este es el caso del carnaval brasileño, una práctica arraigada desde los tiempos imperiales, sujeta a diversos ataques a lo largo de los años. Sin embargo, las intervenciones urbanas practicadas por el carnaval, ya sea en ensayos o en eventos oficiales, llevan a cabo una práctica espacial autónoma, contraria a la heteronomía y defensora de heterotopías. Estas prácticas, al apropiarse del espacio, constituyen territorialidades, es decir, el atributo del territorio, de resistencia cultural, creando así el territorio de resistencia cultural, que tendrá relaciones horizontalizadas, siendo voz en defensa de los derechos identitarios de la colectividad y en la lucha por relaciones más igualitarias. El enfoque del estudio está en el Bloco da Laje, con sede en Porto Alegre, Rio Grande do Sul, y con una fuerte inclinación a desafiar el *status quo*. Este Bloque ejemplifica la autonomía del carnaval, contribuyendo a la formación de un territorio de resistencia cultural. Sus prácticas, manifestadas en ensayos y eventos oficiales, no solo resuenan como voz en defensa de los derechos identitarios colectivos, sino que también desempeñan un papel destacado en la lucha por relaciones más igualitarias.

Palabras-clave: Práctica espacial autónoma. Carnaval. Bloco da Laje. Territorio de resistencia cultural.

1. Introdução

A presente pesquisa objetivou estudar, em uma leitura puramente inicial, o Bloco da Laje, como uma intervenção urbana com uma prática espacial autônoma, que, por sua vez, pode apropriar o espaço em um território de resistência cultural.

Nesse primeiro momento, então, nos cabe definir o que pode ser definido como Bloco da Laje para o presente ensaio. Assim, compreendemos o Bloco da Laje no seu aspecto de movimento, o qual é realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, seja como cortejo oficial ou em diversas manifestações que ocorrem ao longo do ano, como uma intervenção urbana com uma prática espacial autônoma, que, por sua vez, pode apropriar o espaço em um território de resistência cultural.

Dessa maneira, almejando atingir os objetivos do estudo, estruturamos o texto conforme descrito na sequência. Inicialmente, realizamos um levantamento teórico-conceitual preliminar sobre o conceito que adotamos de território de resistência; para isso articulamos o pensamento de diversos autores para construir nosso entendimento do que defendemos como esse território de resistência cultural. Nesse ponto, foi possível chegarmos, à guisa de síntese, na ideia de território de resistência cultural como sendo o espaço apropriado por relações horizontalizadas, em que a sociedade se coloca no campo de luta em defesa de seus interesses identitários e coletivos.

No caminhar da escrita, realizamos um breve panorama no carnaval, focando na sua inserção no Brasil. Onde foi possível observar que, majoritariamente, no país o carnaval esteve sempre ligado à cultura popular e, da mesma forma, ao longo dos cerca de dois séculos de sua existência, precisou estar sempre na arena de lutas para se legitimar e permanecer como uma ação no espaço geográfico.

Por fim, o trabalho adentrou no nosso objeto empírico, ou seja, na análise do Bloco da Laje. Adentrando na pesquisa sobre o Bloco, constatamos sua natureza primária como um movimento autonomista, o que poderíamos justificar por diversas vertentes, mas ficamos com o fato de produzir relações horizontalidades e de possuir um sistema de autofinanciamento. Nas palavras de um dos diretores do Bloco, foi possível verificar o caráter de resistência, de legitimação e de luta que a ação promovida desempenha. A pesquisa, por tanto, objetiva, em última análise, ser um ponto inicial para futuras pesquisas que possam levar para a academia a importância da defesa da cultura popular, em especial, nesse caso, da defesa do carnaval do Brasil.

2. Território de resistência cultural e práticas espaciais autônomas

O alicerce fundamental do nosso trabalho inicia-se, incontestavelmente, na conceituação do que compreendemos como um território de resistência cultural e como práticas espaciais autônomas. Este ponto primordial não apenas delinea, mas também molda a essência da nossa abordagem, pois busca explorar e definir as complexidades inerentes a espaços que se destacam como territórios apropriados em verdadeiros centros de resistência cultural. A exploração dessa temática é essencial para a compreensão profunda e contextualizada da interseção entre o espaço urbano que tratamos e as práticas culturais autônomas, estabelecendo assim as bases para uma análise mais abrangente e significativa.

Dessa maneira, visando a articulação precisa do conhecimento, introduzimos a exploração do conceito de território, que, em nossa perspectiva, transcende a mera definição de um espaço subjugado por relações de poder — onde o poder é entendido como domínio e violência. Nesse sentido, Haesbaert afirma:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (...). O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (1997, p. 41).

O território, portanto, abarca vínculos de identidade e pertencimento. Conforme destacado por Raffestin (1993), emerge de ações individuais ou grupais sobre o espaço. O autor, ao explorar exaustivamente seu conceito de território, estabelece uma distinção crucial entre o que ele denomina "Poder" — expresso com letra maiúscula — e "poder" — grafado com letra minúscula. O "Poder" refere-se à dominação, à violência, representando o Poder legalmente instituído, o Poder do Estado, da repreensão, o Poder associado à ordem positivista. Por outro lado, o "poder" manifesta-se na relação entre sociedade e espaço, na apropriação do espaço por grupos. É esse "poder", em minúscula, que se apropria dos espaços para construir coletividades, para fomentar o processo de convivência. E é exatamente esse aspecto que nos interessa ao construirmos nossa compreensão do território de resistência cultural.

Desse modo, nosso entendimento do território de resistência cultural encontra-se intrinsecamente ligado ao conceito de território dissidente proposto por Souza em diversas obras, notadamente em 2006, 2010 e 2015. O território dissidente, em consonância com a abordagem de Foucault (2013) acerca da heterotopia — o espaço do real, onde a vida ocorre — representa um ambiente caracterizado por relações horizontais, autonomistas, onde o poder é distribuído de maneira equitativa. Assim, o território dissidente emerge como a antítese do capitalismo e das relações hierarquizadas, delineando um espaço onde as dinâmicas sociais desafiam as normas convencionais e promovem formas alternativas de interação e organização. Moreira (2012, p. 217), com seu conceito de contraespaço, que em nossa leitura está alinhado com o conceito de Souza de território dissidente, nos apresenta exemplificação de nosso entendimento:

É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também, a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico.

Nessa linha, entendemos o conceito de território de resistência cultural que, obviamente, apesar de estarmos trabalhando com a conversa teórica entre ambos, precisamos guardar um certo distanciamento do conceito de território dissidente, quando tratado de forma ampla. Este prevê a inserção de uma nova lógica de relação, com o estabelecimento de vínculos sem hierarquização, sem dominação, encerrando relações horizontalizadas no que culminaria em um processo de decisões horizontalizadas, sem o Poder do Estado e dos donos dos meios de produção sobre todos os demais. O território de resistência cultural, por sua vez, assim como o território dissidente, “luta” contra uma lógica positivista imposta, contra o “abafamento” de processos culturais, em especial, os vinculados às classes mais pobres. No entanto, em tese, não pretende formar uma nova lógica de relações na sociedade, aqui entendido em sentido amplo, porém dentro do seu “microcosmos” sim, produzindo relações horizontalizadas que podem ser um “sopro” irradiando para o restante do tecido social. Assim, o território de resistência cultural busca se legitimar e se manter como expressão no território. Bonnemaison nos ajuda com o debate:

[...] como espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural (2002, p. 111).

Assim, o território de resistência cultural, utilizando-se dos conceitos abordados, surge da interação entre sociedade e espaço, com o objetivo claro de preservar e fortalecer uma determinada cultura. Sua formação está fortemente ligada à manutenção da identidade coletiva, à preservação das práticas culturais específicas e ao compromisso com a cidadania plena, que inclui a expressão dos anseios e desejos da comunidade que o habita.

Ao mesmo tempo, é crucial explorarmos o que entendemos como práticas espaciais autônomas. Contudo, é fundamental ressaltar que, embora esses conceitos possam se entrelaçar e convergir para um denominador comum, estamos centrando nossa análise no território de resistência cultural e não no território dissidente.

Nesse caminhar, compreendemos que na lógica da sociedade globalizada, há uma “engrenagem” que está estruturada em relações de Poder (enquanto dominação) desigual, com a submissão de muitos às “vontades e desejos” de poucos, assim as práticas espaciais, exercidas pelos incluídos (classe dominante, representante do *status quo*) é preponderante na organização sócio-espacial. Essa relação é caracterizada pela heteronomia. Ela, por sua vez, entendemos como a sujeição às leis e práticas espaciais advindas do “outro” e não do seu próprio “eu”. Souza assevera:

Para dizê-lo de outra maneira, a heteronomia se instala quando as leis e normas com base nas quais uma sociedade é, direta ou indiretamente, governada e organizada, são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, de maneira tão lúcida e bem informada quanto possível, mas sim impingidas na base da opressão interna, da opressão externa e/ou “divinizadas” ou “naturalizadas” (sendo que a “divinização” e a “naturalização” costumam servir à opressão interna ou externa, ou ambas de uma só vez)(2006, p. 70) .

Depreende-se que o processo de heteronomia são as restrições impostas à livre participação política e às peculiaridades individuais, é a dominação do desejo individual e/ou coletivo por um grupo minoritário que detém os meios de Poder, persuasão e violência. Ainda com Souza (2006, p. 70): “A heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada à força”. Portanto, podemos citar como relações heterônomas, machismo, homofobia, racismo.

Na trajetória da construção do conhecimento, ao explorarmos as práticas autônomas, direcionamos as relações heterônomas para um contexto de práticas espaciais normativas, ou seja, aquelas consideradas aceitas na lógica capitalista globalizante. Nesse contexto, para enriquecer essa perspectiva, recorreremos à contribuição de Corrêa (2000). Ao analisar empiricamente as relações capitalistas, o autor identificou diversas práticas espaciais que caracterizam a dinâmica desse sistema, destacando-se a seletividade espacial, a fragmentação e o remembramento espacial, a antecipação espacial, a marginalização espacial e a reprodução da região produtora.

Dessa forma, a contribuição de Corrêa (2000) proporciona *insights* valiosos sobre as práticas espaciais inseridas na lógica de manutenção do *status quo*, onde a submissão da maioria aos desejos dos poderosos e detentores do capital é uma realidade evidente. Essas práticas não apenas refletem, mas também perpetuam as desigualdades inerentes às relações de Poder desiguais na sociedade globalizada, consolidando a hegemonia da classe dominante e a reprodução de estruturas que perpetuam a submissão de muitos aos interesses de poucos.

Em contraponto às práticas espaciais heterônomas, o movimento de insurgência, ancorado nas práticas espaciais autônomas, não apenas desafia as estruturas preestabelecidas, mas também representa um esforço consciente para redefinir as dinâmicas de Poder e influência na organização sócio-espacial. Ao romper com as normativas aceitas pela lógica capitalista globalizante, tais práticas não apenas buscam resistir à heteronomia imposta pelas classes dominantes, mas também almejam criar espaços alternativos e mais equitativos, onde as relações são pautadas por uma distribuição mais justa de Poder e poder (sim, aqui há a imbricação dos dois sentidos que usamos da palavra, Poder enquanto relação de dominação, e poder enquanto relações de pertencimento ao território).

Ao confrontar as práticas espaciais normativas, as ações autônomas não se limitam a uma mera oposição, mas buscam ativamente construir territórios dissidentes e de resistência cultural (este último foco do nosso trabalho). Esses territórios não são apenas espaços físicos, mas também representam manifestações simbólicas e identitárias, onde comunidades buscam preservar suas culturas, expressar seus anseios e desejos. Assim, podemos citar, como exemplo de práticas espaciais autônomas, as ocupações urbanas e movimentos de moradia, hortas urbanas e comunidades sustentáveis, intervenções artísticas no espaço urbano, espaços culturais independentes, entre muitos outros.

Portanto, a ampliação e fortalecimento das práticas espaciais autônomas não apenas desempenham um papel na contestação do sistema vigente, mas também na construção de alternativas que promovam a diversidade cultural, a participação democrática e a inclusão social. Esse processo não ocorre isoladamente, mas sim em constante interação com a dinâmica sociocultural, contribuindo para a formação de territórios de resistência que desafiam as narrativas hegemônicas e promovem uma visão mais plural e igualitária da

sociedade.

Certamente, as práticas que estamos investigando, especificamente a representação da cultura no território, podem não ter como objetivo primordial a construção de um território dissidente, caracterizado por relações completamente igualitárias, se encaminhando para a heterotopia de Foucault (2013), apesar de como já escrito esse processo estará no dentro do universo interno deste território. No entanto, é fundamental reconhecer que tais práticas se enquadram, de maneira expressiva, no âmbito das práticas espaciais autônomas. Elas emergem como expressões genuínas de resistência cultural no momento em que questionam e desafiam a lógica estabelecida, provocando um desconforto no *status quo* existente. Esse desconforto, por sua vez, desencadeia um processo dinâmico que culmina na configuração de um território de resistência cultural.

Essa conexão entre a cultura, o território e a autonomia espacial é intrínseca às comunidades que buscam preservar e fortalecer suas identidades, resistindo às imposições culturais dominantes. Ao questionar a lógica preponderante, essas práticas não apenas desafiam as normas convencionais, mas também geram um espaço alternativo onde valores culturais específicos podem prosperar ou, ainda, sobreviver ao processo de “abafamento” cultural. Portanto, podemos entender essas práticas como manifestações dinâmicas que, ao desafiar a ordem estabelecida, promovem a diversidade cultural e estimulam uma interação mais significativa entre sociedade e espaço.

Após o delineamento do entendimento do território de resistência cultural e das práticas sociais autônomas, abordaremos nas duas próximas subdivisões a cultura do carnaval e o nosso objeto de estudo, o Bloco da Laje.

3. A manifestação da cultura do carnaval

Não nos interessa realizar uma exaustiva descrição do carnaval, desde sua fundação que, conforme conhecimento amplamente divulgado, não tem sua origem no Brasil. Entendemos, entretanto, que uma análise sobre como o carnaval se originou e se desenvolveu em nosso país é fundamental para compreendermos a sua solidificação como uma expressão da cultura popular no Brasil, bem como o porquê de compreendermos sua manifestação em um território como resistência cultural. Embora não seja nosso objetivo a

descrição pormenorizada desde a fundação do carnaval, é relevante descrever, brevemente, os marcos fundamentais que contribuíram para sua formação e expansão em território nacional.

Assim, apenas como guisa introdutória, precisamos esclarecer que o carnaval possui suas raízes históricas em festivais europeus, sendo trazido para o Brasil durante o período colonial pelos colonizadores portugueses. Inicialmente, o que se chamava de carnaval na época, era marcado por influências europeias e africanas, mesclando de diferentes elementos de tradições culturais. Entretanto, ao longo do tempo, o carnaval brasileiro passou por um processo único de transformação, resultando em uma festividade de acordo com as características culturais do país.

Explorando as raízes históricas do carnaval brasileiro, conforme apresentado por Arantes (2013), identificamos sua origem durante o século XVII, introduzido pelos portugueses por meio de uma festa conhecida como entrudo. Esse termo tem sua origem na palavra latina *introitus*, significando início ou entrada para as festividades da quaresma. Essa celebração, embora divertida, caracterizava-se por ser suja e violenta, envolvendo práticas como o arremesso de farinha, água e até mesmo urina nas pessoas. É crucial notar que essa tradição era amplamente participativa, incluindo tanto a população livre quanto os escravizados.

A festa do entrudo persistiu ao longo dos anos, apesar de várias tentativas de interrupção, permanecendo uma expressão cultural popular. Somente no século XIX, foram efetivamente implementadas medidas para conter essa celebração, evidenciando, desde aquela época, a resistência e a resiliência de práticas culturais que desafiavam as normas estabelecidas, as normas do *status quo*.

Após o encerramento do entrudo surge, no século XIX no Rio de Janeiro, o “zé-pereira”, uma brincadeira idealizada pelo sapateiro português José Paredes, em uma segunda de carnaval. Conforme Arantes (2013), a brincadeira consistia em sair às ruas em passeata ao som de bombos e tambores. O sucesso foi tanto que ano seguinte surgiram diversos imitadores, em um carnaval essencialmente de classes mais pobres, uma vez que não exigia nada sofisticado.

Após o surgimento do “zé-pereira”, o carnaval brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, começa a ganhar a forma que conhecemos hoje. Ainda com as leituras de

Arantes (2013), é possível verificar o surgimento do primeiro baile de carnaval, no Hotel Itália, no Rio de Janeiro. Após esses acontecimentos, surgem os cordões, onde foliões saíam às ruas mascarados e valorizando os estandartes. Dos cordões evoluímos para os blocos de rua, onde moradores de uma vizinhança se reuniam para brincar o carnaval nas ruas. Não podemos esquecer das emblemáticas escolas de samba, que emergiram no Largo do Estácio de Sá. Esses marcos delinearam a rica trajetória do carnaval brasileiro, refletindo a diversidade e a alegria que o caracterizam até os dias de hoje.

Como mencionado anteriormente, nosso propósito não era traçar um extenso panorama sobre o surgimento do carnaval. Ao delinear o seu percurso no Brasil, buscamos demonstrar que o carnaval sempre ocupou uma posição à margem da sociedade dominante. Embora possamos abordar eventos como os bailes de máscaras das elites ou os carnavais de clube (que poderiam ser tratados como um carnaval de elite), optamos por focar no cerne do carnaval: sua manifestação popular.

Ao situar-se nas franjas, seja das grandes ou pequenas cidades, o carnaval se destaca como uma brincadeira desprovida de preconceitos, transcende distinções de raça, credo ou classe social. Sua resiliência diante dos mais severos ataques ao longo do tempo o transforma em um momento de alegria para milhões de brasileiros. Isso, por sua vez, possibilita a apropriação do espaço, convertendo-o em territórios-resistência cultural.

A menção aos territórios de resistência cultural, nos apresenta o carnaval para além de uma celebração, mas também como uma forma de resistência cultural que desafia as normas sociais estabelecidas, como sempre por nós defendido, o status quo; adentrando, assim, no campo das práticas espaciais autônomas. Ao ocupar espaços periféricos, o carnaval se torna mais do que uma simples festa, se torna no poder, recordando o poder com letra minúscula, de laços de afetividade e pertencimento; é um fenômeno cultural que desafia as estruturas tradicionais da sociedade, proporcionando um espaço inclusivo e autêntico para a expressão da identidade coletiva. Em síntese, destacamos o carnaval como uma manifestação que vai além de suas raízes festivas, emergindo como uma poderosa forma de resistência cultural e territorialização, do poder, nas margens da sociedade. Caminhando para o final de nosso trabalho, no próximo subtítulo, exploraremos o Bloco da Laje, manifestação que dá nome ao nosso estudo.

4. O bloco da laje formando um território de resistência cultural

Nosso objetivo primordial nesse trabalho é abordar o Bloco da Laje, a partir da sua ação, como um atributo que pode constituir um território de resistência cultural. Para isso, iniciamos por aproximar o que entendemos por território de resistência cultural, após estudamos a manifestação do carnaval como uma cultura popular que está sempre em constante necessidade de se legitimar perante aos ataques sofridos para, por fim, adentramos no movimento que dá nome ao artigo, o Bloco da Laje.

Nesse contexto, apresentamos o Bloco da Laje. Nesse instante, precisamos, como apresentado na introdução, delimitar qual definição de Bloco da Laje trabalhamos, pois, a depender do estudo, ele será estudado como um coletivo de artistas, ou como um evento, aqui limitado ao cortejo carnavalesco, ou como um movimento.

De tal modo, compreendemos, reforçando, para este estudo, o Bloco da Laje como um movimento. Essa compreensão emerge do fato de que estamos trabalhando com a constituição de territórios de resistência cultural a partir de uma ação, isso é, de um movimento. Portanto, as diversas manifestações realizadas pelo coletivo de artistas, em diversos espaços forma, no nosso entender, e naquele momento de ocorrência, o que chamamos de território de resistência cultural.

Assim, esse movimento, nascido no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mas com manifestações (cortejos, ensaios e outros) ocorrendo de forma itinerante pelo território de Porto Alegre, longe de ser apenas uma celebração festiva, emerge como um movimento simbólico de resistência, que transcende as fronteiras da folia, assumindo um papel crucial na preservação e promoção da cultura popular. Ao mergulharmos nas características do Bloco da Laje, desvelamos não apenas um evento carnavalesco, mas um fenômeno que incorpora elementos de resistência cultural. Importante trazermos a fala de Machado (2020, n.p.) diretor artístico e um dos fundadores do coletivo, sobre o que é o Bloco da Laje:

Apresentar o Bloco da Laje nunca é uma tarefa fácil e simples, pois esta resposta vem sempre cheia de nuances e, normalmente, é uma apresentação longa. Tem vezes que costumo apresentar o Bloco da Laje como um bloco de carnaval, que tem uma banda que faz shows e que tem uma performance intensa, misturando elementos das artes cênicas e da cultura popular. Tem alguns casos que apresento o Bloco da Laje como um Ditirambo contemporâneo, que eram os rituais a Dionísio que deram origem ao Teatro, na Grécia Antiga. Ainda há casos que podemos apresentar o Bloco da Laje como um espaço de encontro e de convívio. Hoje em dia, está um pouco mais claro que trabalhamos com duas frentes diferentes: o bloco na rua e a banda.

Abarcamos, então, que apesar do movimento de contestação e legitimação cultural existente no âmago do carnaval brasileiro, a relevância do Bloco da Laje, a partir de sua ação no território, se manifesta na sua capacidade de desafiar e confrontar as normas estabelecidas.

Como frequentadores das ações (ensaios, saídas oficiais, etc.) do movimento, observamos a apropriação de elementos culturais, entre eles religiosos e mitológicos, cânticos que remetem às divindades africanas, além de um forte questionamento ao cristianismo (visto como um processo colonizado). São esses elementos que nos instigaram a estudar esse movimento e não outros de viés carnavalesco ocorridos no país. É essa característica de disputa que, para nós, encaminha um processo de resistência cultural, de manutenção de identidades, de enfretamento ao *status quo*.

Sua existência e atuação no contexto do carnaval não se limita a uma simples manifestação de alegria, mas sim a uma afirmação audaciosa da diversidade cultural e da identidade local. Esse cortejo se torna, assim, um *lócus* onde a cultura popular se manifesta de maneira autêntica e desafiadora, reivindicando sua validade e importância frente às adversidades. Na figura 1 podemos observar a saída do cortejo do Bloco no carnaval 2023 que é uma das diversas manifestações do movimento. A festa daquele ano foi especial, pois marcou o retorno pleno no pós-pandemia, bem como a marca da retomada de um governo nacional que, em tese, não elegerá as festas e manifestações populares como o campo para o confronto.

Figura 1: Saída do Bloco da Laje no carnaval de 2023



Fonte: Página do Facebook do Bloco da Laje (2023)

Permitindo um breve “desvio”, o seu papel como evento transformador também pode gerar a formação de um território dissidente (lembrando que mesmo aproximando os conceitos de território dissidente e de território de resistência cultural, estamos tratando ambos como próximos e distantes ao mesmo tempo). A construção do território dissidente, é justificada, em nossa análise, pelo seu poder (destacado com letra minúscula) de se autofinanciar, de se legitimar através do financiamento coletivo, não dependendo do Poder (do Estado, do Poder da dominação), conforme verificamos em Machado (2020, n.p.).

Fechando o breve “desvio” e o breve panorama geral, é pertinente aprofundar a contextualização do Bloco da Laje. Esse bloco surge no cenário porto-alegrense como parte integrante do processo de (re)surgimento dos blocos de rua no município, os quais, tiveram um momento de “abafamento” no espaço de Porto Alegre. Nesse aspecto, é crucial destacar o caráter contínuo da necessidade de sempre estar em um campo de luta para se legitimar e “sobreviver”, em alguns momentos da história com governos progressistas, uma necessidade de luta menor; em outros, com governos retrógrados, com um processo de luta maior. Essa luta pela manutenção da cultura evidencia a legitimação do Bloco da Laje, e de tantos outros, e também ressalta a sua contribuição para a preservação e renovação da cultura no âmbito do território.

Dessa forma, nos últimos 15 anos, observamos, como escrito anteriormente, o (re)surgimento dos blocos carnavalescos porto-alegrenses, mesmo no contexto de um retrocesso cultural vivenciado, não somente em Porto Alegre, como no Brasil. Assim, em Machado destacamos:

O Bloco da Laje teve sua primeira saída em 2012. Quando surgiu, ele veio na forma de um grito de indignação e liberdade. Estávamos muito conectados aos movimentos de ocupação dos espaços públicos. E, por sermos artistas do teatro, em sua maioria, na criação sempre tivemos um senso estético apurado e sempre estivemos conectados à nossa intuição, o que ajudou muito a dar à luz o percurso que trilhamos até hoje. Atualmente, estamos lançando um álbum visual, um sonho antigo de levar nossas músicas para além dos nossos corpos. São quatro clipes e quatro músicas que juntos formam um álbum visual, como um curta-metragem sobre esse percurso que trilhamos até aqui. Tudo isso abre possibilidades infinitas e nós estamos ansiosos pelos próximos capítulos desse filme (2020, n.p.).

É intrigante ressaltarmos, nas palavras do diretor do Bloco, o caráter revolucionário que o movimento incute, manifestando-se como um grito ativo de legitimação dos direitos de uma coletividade, da cultura popular, e do respeito às diferenças. Essas ponderações alinham-se perfeitamente com a visão que defendemos como uma prática espacial autônoma, cujo objetivo primordial é buscar liberdade, direitos, ser ouvido, e respeito. O Bloco da Laje, ao proclamar esses valores, não apenas celebra o carnaval, mas se torna uma força que reivindica o espaço público como um território de expressão livre e inclusiva, onde a diversidade é não apenas aceita, mas celebrada.

Essa abordagem revolucionária não só confere ao Bloco um papel destacado no panorama cultural, mas também o posiciona como um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e igualitária. Importante, nessa esteira, trazermos uma última fala de Machado:

Para muitos de nós do Bloco da Laje, estar vivo já é um ato político, manter um projeto de forma autônoma por nove anos é um ato político, ocupar o espaço público é um ato político, brincar na rua é um ato político. Creio que a resistência política está nos nossos corpos, na nossa diversidade e, por consequência, no nosso discurso, nas nossas músicas, nas nossas cenas e nos jogos que propomos (2020, n.p.).

Por conseguinte, é através dessa intervenção urbana, caracterizada pela prática espacial autônoma, que a apropriação do espaço se manifesta, seja nos ensaios realizados no Parque da Redenção, conforme apresentado na figura 2, ou na saída do cortejo, pelas ruas da cidade, no início de cada ano. O Bloco da Laje cria, desse modo, um território de resistência, incorporando um atributo marcante — sua territorialidade de resistência cultural. Essa dinâmica não apenas celebra a cultura popular, mas estabelece um espaço distintivo onde a resistência é expressa de maneira efetiva, reforçando a importância de tais práticas na construção de um tecido social e uma paisagem geográfica mais resiliente e para todos.

Figura 2: Ensaio do Bloco da Laje no Recanto Africano do Parque da Redenção, Porto Alegre/RS



Fonte: Página do Facebook do Bloco da Laje (2023)

5. Considerações finais

Como um prelúdio de algo que não se quer concluir, como uma pequena abertura para novos diálogos, novas pesquisas e abordagens, trazemos algumas considerações que podemos lançar para os pensamentos futuros.

Dessa forma, nosso trabalho partiu de uma análise teórica-conceitual, na qual com a utilização de conceitos de diversos autores, realizamos uma articulação e construção de nossa teoria do que entendemos no objeto em estudo, aliado, é claro, com a experiência empírica do pesquisador pelas suas diversas participações nas intervenções urbanas do Bloco, tanto nos ensaios, como nas saídas oficiais ocorridas uma vez ao ano.

Com essa pesquisa foi possível observar o caráter de cultura popular do carnaval, desde suas origens no Brasil, o qual perpassou as brincadeiras iniciais, muitas vezes violentas, até o que conhecemos hoje.

O caráter popular do carnaval sempre o colocou em uma arena de disputa, onde muitas vezes precisa lutar para se legitimar como força agregadora de identidade, de representatividade, de relações não hierarquizadas, mas sim com práticas autonomistas. Em alguns momentos, com governos progressistas, consegue avançar na sua afirmação, em outros, com governos conservadores, precisa, como nunca, se posicionar como uma força potente para a sociedade nacional.

Nesse trilhar, os blocos de carnaval de rua, dentre os quais optamos pelo recorte do Bloco da Laje, possuem a mais pura experiência de autonomia, que é o autofinanciamento, com a realização das suas intervenções urbanas, em ensaios ou na saídas oficiais, promovem uma prática espacial autônoma, que a partir da territorialidade do carnaval, isso é do atributo que se dará para o território, se apropria do espaço na formação de um território de resistência cultural, que para além de simbólico, é de luta pela manutenção da cultura, de relações igualizadas e de uma sociedade mais justa.

Por fim, como escrito anteriormente, pensamos que ao contemplar o futuro, instigamos novos diálogos, pesquisas e abordagens que aprofundem nossa compreensão do papel do carnaval na construção social e cultural. Que este trabalho possa ser utilizado não como um ponto final, mas como uma ponte para investigações subsequentes, alimentando a vitalidade do debate acadêmico e enriquecendo nossa apreciação da riqueza e complexidade do carnaval brasileiro.

6. Referências

ARANTES, Nélío. Pequena história do Carnaval no Brasil. **Revista Longeviver**, São Paulo, v. 3, n. 29, p. 6–20, 2013. Disponível em: <<https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/327>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 83-132.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705>>. Acesso em: 28 set. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

MACHADO, Diego. **Som, resistência e purpurina: um papo com bloco da laje: Um bloco de carnaval que é uma banda que é uma peça que é um ritual dionisíaco**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://ihateflash.net/zine/som-resistencia-e-purpurina-um-papo-com-bloco-da-laje#:~:text=O%20Bloco%20da%20Laje%20teve,de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20p%C3%ABlicos.>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**; tradução Maria Cecília França. 1. Ed. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015a. 320p.

_____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b. 248p.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 13-47. 2010.

_____. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.